

Instituto Aliança com o Adolescente

(94554)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2016

1

Relatório sobre o Exame das Demonstrações Financeiras do Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2016 e
Informações Financeiras Complementares

ÍNDICE GERAL

	<i>Páginas</i>
Parte I Relatório dos auditores independentes.....	03– 15
Parte II Informações gerais sobre a Entidade.....	16 – 18
Parte III Comentários e sugestões sobre controles internos e contábeis.....	19 – 20
Parte IV Anexos referente as demonstrações dos projetos da KNH.....	21

PARTE I - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

- Relatório dos auditores independentes
- Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016
- Demonstração do resultado
- Demonstração das mutações do patrimônio social
- Demonstração dos fluxos de caixa
- Notas explicativas às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES **SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos
Diretores (as) e Conselheiros (as) do
Instituto Aliança com o Adolescente

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **Instituto Aliança com o Adolescente**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto Aliança com o Adolescente**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao **Instituto Aliança com o Adolescente**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Outros Assuntos

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores, que emitiram relatório em 24 de maio de 2016, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração da Entidade é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 02 de junho de 2017.

Atenciosamente,

Moore Stephens Consulting News
Auditores Independentes

CRC –MG 006494/O-4



Adélmo de Oliveira

CRC-MG 46.235
Contador - sócio responsável

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

“Valores expressos em reais”

ATIVO	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
CIRCULANTE			
Disponibilidades	4	4.750.483	7.165.265
Contas a receber - projetos		175.474	200.041
Impostos a recuperar		1.460	66.097
Outros valores		<u>42.643</u>	<u>10.243</u>
		<u>4.970.060</u>	<u>7.441.646</u>
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais	5	14.116	14.116
Caução garantia	6	130.757	130.757
Imobilizado	7	<u>163.896</u>	<u>185.048</u>
		<u>308.769</u>	<u>329.921</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>5.278.829</u>	<u>7.771.567</u>

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

“Valores expressos em reais”

PASSIVO

	Notas	2016	2015
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	30.085	47.134
Obrigações sociais	9	233.300	225.555
Obrigações fiscais	10	22.644	18.463
Obrigações vinculadas a projetos	11	4.581.625	6.783.539
Outros valores a pagar		<u>6.892</u>	<u>5.714</u>
		<u>4.874.546</u>	<u>7.080.405</u>
NÃO CIRCULANTE			
Contingências	5	<u>14.116</u>	<u>14.116</u>
		<u>14.116</u>	<u>14.116</u>
PATRIMÔNIO SOCIAL			
Patrimônio social		<u>390.167</u>	<u>677.046</u>
		<u>390.167</u>	<u>677.046</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>5.278.829</u>	<u>7.771.567</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

“Valores expressos em reais”

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
RECEITAS		
Verba de apadrinhamento (Kindernothilfe)	329.733	-0-
Receita de contribuições e doações	954.616	1.080.142
Receita de convênios/parcerias/contratos	<u>11.135.182</u>	<u>10.808.701</u>
	<u>12.419.531</u>	<u>11.888.843</u>
DESPESAS		
Pessoa e encargos	(3.276.431)	(3.469.107)
Assessoria e consultoria	(4.407.835)	(4.229.504)
Utilidades e serviços	(2.084.542)	(1.942.661)
Gerais e administrativas	(2.665.460)	(2.584.045)
Despesa com depreciação	(57.511)	(59.141)
Despesas tributárias	(252.700)	(113.343)
Resultado financeiro	8.460	15.933
Outras receitas/despesas	<u>29.609</u>	<u>4.143</u>
	<u>(12.706.410)</u>	<u>(12.377.725)</u>
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	<u>(286.879)</u>	<u>(488.882)</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO*“Valores expressos em reais”*

	<u>Patrimônio Social</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	677.046
Déficit do exercício	<u>(286.879)</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	<u>390.167</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	1.165.928
Déficit do exercício	<u>(488.882)</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	<u>677.046</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit do exercício	(286.879)	(488.882)
Ativo permanente baixado	32.313	15.909
Depreciação	<u>57.511</u>	<u>59.141</u>
	<u>(197.055)</u>	<u>(413.832)</u>
(Aumento)/ redução em ativos operacionais		
Contas a receber - projetos	24.567	(195.510)
Impostos a recuperar	64.637	(52.522)
Caução garantia	-0-	(130.757)
Outros valores	(32.400)	(2.571)
Aumento/ (redução) em passivos operacionais		
Fornecedores	(17.049)	33.480
Obrigações sociais	7.745	(53.650)
Obrigações fiscais	4.181	4.513
Obrigações vinculadas a projetos	(2.201.914)	1.263.525
Contingências	-0-	14.116
Outras contas	<u>1.179</u>	<u>5.518</u>
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais	<u>(2.346.109)</u>	<u>472.310</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Imobilizado	<u>(68.673)</u>	<u>(50.636)</u>
Caixa líquido aplicado/originado em investimentos	<u>(68.673)</u>	<u>(50.636)</u>
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDO NAS DISPONIBILIDADES	<u>(2.414.782)</u>	<u>421.674</u>
POSIÇÃO FINANCEIRA		
Caixa e equivalentes no início do período	7.165.265	6.743.591
Caixa e equivalentes no final do período	<u>4.750.483</u>	<u>7.165.265</u>
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDO NAS DISPONIBILIDADES	<u>(2.414.782)</u>	<u>421.674</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

“Valores expressos em reais”

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Fundado em 10 de dezembro de 2001, o Instituto Aliança com o Adolescente é uma associação civil de natureza educacional, de fins não econômicos e sem fins lucrativos, que se regerá por um estatuto e legislação aplicável. O Instituto tem sede e foro na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Alceu Amoroso Lima, n-9 470, Condomínio Empresarial Niemeyer, sala 1101, Caminho das Árvores, CEP: 41.820-770, Salvador, Bahia, podendo manter outros estabelecimentos em qualquer localidade do país, mediante decisão da Assembléia Geral.

Constitui Objeto Social do Instituto a promoção de ações sócio educacionais, tal como definidos no artigo 12 da Lei 9.394/96, que contribuam para o desenvolvimento humano sustentável, com ênfase em adolescentes e jovens, organizações sem fins lucrativos e comunidades, em todo o território nacional. Para a observação e consecução desses fins, a Instituto poderá, inclusive, mas não se limitando:

- a) Apoiar, contribuir e estimular, entre outras ações alinhadas com seu objetivo social, a geração, difusão e aplicação prática de conhecimentos e metodologias, tendo como beneficiário final a sociedade brasileira e, como agentes, os diversos atores da sociedade;
- b) Executar, contratar ou apoiar programas, projetos e ações no âmbito de seu campo de atuação, visando a melhoria de um conjunto de aspectos da vida das populações nas áreas de meio ambiente, trabalho e geração de renda, melhoria de indicadores sociais, fortalecimento da identidade cultural e elevação dos níveis de respeito aos direitos humanos e de participação democrática dos cidadãos;
- c) Contribuir, de forma convergente e complementar com o governo, o mundo empresarial e outros atores da sociedade civil organizada, na formulação e aperfeiçoamento de políticas públicas e projetos sociais para juventude, visando a incorporação paulatina das novas gerações no processo de desenvolvimento;
- d) Entre outros.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade ITG 2002/2012 - Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovadas pela Resolução CFC 1.409/2012 e alterações posteriores do Conselho Federal de Contabilidade, incluindo no que aplicável às alterações introduzidas pela Lei 11.638/07.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

✓ Ativo circulante

Está registrado pelos valores de realização, incluindo quando aplicável os rendimentos e variações monetárias auferidas.

✓ Imobilizado

É apresentado pelo custo de aquisição, deduzido pelo valor da depreciação que é calculada com base em taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens, conforme mencionado na nota explicativa nº 7.

✓ Passivo circulante

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescido quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

✓ Recursos vinculados a projetos

São registrados em contas de passivo circulante (obrigações vinculadas a projetos) em contrapartida de numerários depositados em contas bancárias específicas de cada projeto. Quando utilizadas aplicações financeiras, os saldos bancários são acrescidos de rendimento financeiro correspondente. Os saldos remanescentes nas datas dos balanços correspondem a soma dos recursos recebidos dos financiadores e ainda não aplicados nos projetos.

✓ Apuração do resultado do exercício

As receitas das contribuições efetuadas pelos patrocinadores são reconhecidas no mês de recebimento dos recursos, exceto para aquelas em que há emissão de notas fiscais, e as despesas são apropriadas pelo regime de competência.

4. DISPONIBILIDADES

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Banco – Recursos próprios		
Bradesco – c/c 68013-3	67.396	37.822
	<u>67.396</u>	<u>37.822</u>
Bancos - vinculados		
Bradesco	376.815	3.535.797
Caixa econômica federal	<u>3</u>	<u>3</u>
	<u>376.818</u>	<u>3.535.800</u>
Aplicação financeira - vinculadas		
Bradesco (CDB, renda fixa e poupança)	4.304.589	2.938.360
Banco do Brasil	-0-	651.733
Caixa Econômica Federal	<u>1.680</u>	<u>1.550</u>
	<u>4.306.268</u>	<u>3.591.643</u>
	<u>4.750.483</u>	<u>7.165.265</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as aplicações financeiras estão representadas, essencialmente, por fundos de investimentos e certificados de depósitos bancários – CDB em banco de primeira linha, livre para resgate e avaliadas pelo montante passível de realização.

5. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A entidade é ré em um processo de natureza trabalhista. Em 31 de dezembro de 2016, a entidade possuía provisões para possível perdas relacionadas a contingência com prognóstico de perda provável, a qual totalizava o montante de R\$ 14.116, existindo depósito judicial no respectivo montante.

6. CAUÇÃO GARANTIA

Caução referente ao contrato nº 022/2015 entre o Instituto Aliança com o Adolescente e a Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, equivalente a 5 % do valor do contrato global. O montante será devolvido após o relatório da efetiva comprovação da execução de todas as obrigações assumidas com a Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR.

7. IMOBILIZADO

	Tx depreciação %	2016	2015
Móveis e utensílios	10	111.705	132.610
Máquinas e Equipamentos	10	117.203	116.042
Instalações	10	13.168	15.631
Computadores e periféricos	20	237.533	231.299
Total custo		<u>479.609</u>	<u>495.582</u>
Depreciação/amortização acumulada		<u>(315.713)</u>	<u>(310.534)</u>
Total líquido		<u>163.896</u>	<u>185.048</u>

8. FORNECEDORES

Referem-se as obrigações geradas pela aquisição de bens e serviços para execução dos projetos com base em prazos normais de crédito e não estão sujeitos a encargos financeiros.

9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Em 31 de dezembro a composição dos saldos está apresentada da seguinte forma:

	2016	2015
Salários	-0-	4.650
RPA a pagar	-0-	700
Pensão alimentícia	504	-0-
Provisões e encargos para férias	232.796	220.139
Outros	-0-	<u>66</u>
	<u>233.300</u>	<u>225.555</u>

A entidade registra em seu passivo os encargos trabalhistas, a provisão de férias referente a totalidade da sua folha de pagamento, incluindo o pessoal vinculado aos projetos, de acordo com o regime de competência. Os valores referente ao pagamento das despesas com o pessoal administrativo e seus respectivos encargos são rateados entre os projetos de acordo com a verba orçamentária.

10. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Em 31 de dezembro a composição dos saldos está apresentada da seguinte forma:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
PIS/COFINS/CSLL a recolher	11.147	7.623
ISS retido a recolher	7.996	7.847
IRRF	3.065	2.182
Outros	<u>436</u>	<u>812</u>
	<u>22.644</u>	<u>18.464</u>

11. OBRIGAÇÕES VINCULADAS A PROJETOS

Em 31 de dezembro a composição dos saldos está apresentada da seguinte forma:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Recursos públicos	375.497	1.227.367
Recursos privados	<u>4.206.128</u>	<u>5.556.172</u>
	<u>4.581.625</u>	<u>6.783.539</u>

Correspondem aos saldos dos recursos recebidos de entidades públicas e privadas a serem aplicados na exploração dos objetos dos convênios e termos de parceria, com eles firmados. Esses valores encontram-se registrados pelo saldo líquido correspondente aos recursos recebidos das entidades financiadoras, abatidos dos encargos trabalhistas e dos gastos já efetuados com a execução dos projetos e acrescidos das receitas de aplicações financeiras. Estas obrigações são transferidas para o resultado, a título de receita operacional – convênios à medida que os projetos/convênios são executados e os desembolsos correspondentes são efetivados.

12. GRATUIDADES

As gratuidades concedidas à comunidade carente são registradas por projetos no grupo de despesas operacionais, exceto as despesas financeiras e depreciação.

A entidade, em atendimento ao disposto no Decreto 7.237/2010 concedeu gratuidades no montante de R\$ 12.434.268 em 2016 (12.225.317 em 2015).

PARTE II - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A ENTIDADE

1. DADOS GERAIS

O Instituto Aliança com o Adolescente fundado em 10 de dezembro de 2001, o Instituto Aliança com o Adolescente é uma associação civil de natureza educacional, de fins não econômicos e sem fins lucrativos, que se regerá por um estatuto e legislação aplicável. O Instituto tem sede e foro na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Alceu Amoroso Lima, n-9 470, Condomínio Empresarial Niemeyer, sala 1101, Caminho das Árvores, CEP: 41.820-770, Salvador, Bahia, podendo manter outros estabelecimentos em qualquer localidade do país, mediante decisão da Assembléia Geral.

Constitui Objeto Social do Instituto a promoção de ações sócio educacionais, tal como definidos no artigo 12 da Lei 9.394/96, que contribuam para o desenvolvimento humano sustentável, com ênfase em adolescentes e jovens, organizações sem fins lucrativos e comunidades, em todo o território nacional.

Com base em informações obtidas e documentos disponibilizados em 2016 a entidade atendeu aproximadamente 200 crianças e adolescentes estão inscritas no programa da KNH, beneficiados pelo programa de apadrinhamento.

2. RECURSOS RECEBIDOS NO EXERCÍCIO DE 2016

	Valor (R\$)	(%) Doações recebidas
ORIGEM		
Verba de apadrinhamento (Kindernothilfe)	329.733	3
Receita de contribuições e doações	954.616	8
Receita de convênios/parcerias/contratos	<u>11.135.182</u>	89
Total doações recebidas	<u>12.419.531</u>	<u>100</u>

Com base no quadro apresentado, verificamos que os recursos enviados pela KNH para o exercício de 2016 ficou na ordem de 3% do total das doações recebidas.

3. REPRESENTANTE LEGAL

O Instituto Aliança com o Adolescente está representado por Emilton Moreira Rosa - Diretor executivo, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 15 de junho de 2016.

3.1. Conselho Fiscal

O conselho fiscal conforme Ata de Assembléia Geral Extraordinária de 15 de junho de 2016:

Presidente – Marcos Melo Neto

Integrantes – Ruy Carvalho Barreto

Integrantes – Adolfo Vilar Leite

4. CERTIDÕES DE DÉBITOS JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES E CERTIFICADOS

<u>Órgãos</u>	<u>Situação</u>	<u>Emissão</u>	<u>Validade</u>
Certidão Negativa de Débitos Municipais	Negativa	18/05/2017	16/08/2017
Ministério da Fazenda - Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União	Negativa	23/02/2017	22/08/2017
Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia	Negativa	06/06/2017	06/08/2017
Caixa Econômica Federal- Certificado de Regularidade do FGTS	Regular *	10/05/2017	25/05/2017

* Posteriormente foi apresentado uma certidão com validade até 02 de julho de 2017.

5. CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA - CNPJ

Verificamos o cartão de CNPJ, número de inscrição 04.863.0940001-83, cuja situação consta como ATIVA, a emissão deste cartão foi realizada no dia 01/06/2017.

6. RECURSOS HUMANOS - ASPECTOS TRABALHISTAS

6.1 - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED

Verificamos recibo de CAGED entregues do exercício de 2016 dentro do prazo determinado na legislação.

6.2 - Relação Anual de Informações Sociais - RAIS

Verificamos recibo de entrega da RAIS ano-base 2016, transmitida em 17/03/2017, ao Ministério do Trabalho, dentro do prazo legal estabelecido.

6.3 - Livro da Inspeção do Trabalho

A entidade possui o Livro de Inspeção do Trabalho, devidamente registrado no Ministério e que o Termo de Abertura se encontra preenchido.

6.4 - Livro Registro de Empregados

Analizamos o Livro de Registro de Empregados devidamente atualizado onde consta autenticação no Ministério do Trabalho e Emprego.

7- Escrituração Contábil Fiscal – ECF

Verificamos o recibo de entrega da Escrituração Contábil Fiscal – ECF de 2015, dia 20/06/2016, dentro do prazo estabelecido pela legislação vigente. Em relação à ECF 2016/2017 ainda não havia sido entregue por estar dentro do prazo de envio.

8- DCTF- Declaração de débitos e créditos tributários federais

Verificamos que as declarações mensais do exercício de 2016 foram transmitidas dentro do prazo estabelecido pela Receita Federal do Brasil.

9. Contabilidade

Com base nos registros contábeis analisados, balancetes, plano de contas, razão e lançamentos, verificamos que os registros estão dentro das formalidades legais e julgamos que os controles adotados são eficientes. Através de verificação de documentos de comprovação atestamos as receitas e despesas e com base nestes testes, não apuramos divergências dentro da amostragem selecionada.

PARTE III - COMENTÁRIOS E SUGESTÕES SOBRE CONTROLES INTERNOS E CONTÁBEIS

O controle interno compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotadas em uma Entidade para salvaguardar seus ativos, verificar a exatidão e fidelidade dos dados contábeis e administrativos, desenvolver a eficiência nas operações e estimular o seguimento das políticas administrativas. São também instrumentos da organização destinados à vigilância, fiscalização e verificação administrativa, que permitam prever, observar, dirigir ou governar os acontecimentos que se verificam dentro de uma Entidade e que produzam reflexos em seu patrimônio.

O auditor deve comunicar aos responsáveis pela governança as responsabilidades do auditor em relação à auditoria das demonstrações financeiras:

- ✓ Que o auditor é responsável por formar e expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras elaboradas pela administração com a supervisão geral dos responsáveis pela governança;
- ✓ Que a auditoria das demonstrações financeiras não isenta a administração ou os responsáveis pela governança de suas responsabilidades;
- ✓ O alcance e a época planejados da auditoria; e
- ✓ As constatações significativas decorrentes da auditoria.

Com base nos resultados dos exames de auditoria, compreendidos entre 29 de maio a 02 de junho de 2017, apresentamos na parte I o nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e comentários resultantes.

1. Imobilizado - necessidade de registros individuais

Um controle individualizado dos bens patrimoniais seria oportuno sob a ótica administrativa e contábil, pois é de suma importância para:

- ✓ Identificação e individualização das características dos bens;
- ✓ Localização e movimentação dos bens;
- ✓ Identificar valores de custo ou aquisição, de depreciação e amortização, de capitalização, residuais e de alienações e baixas.

O controle analítico dos itens imobilizados, via de regra, efetua-se através de sistemas informatizados e paralelos à contabilidade.

A adoção do controle individual dos bens do imobilizado contribuirá para que as informações sejam mais confiáveis, dando maior credibilidade ao balanço patrimonial da entidade.

2- COFINS sobre Receita Financeira

A imunidade tributária de pessoas jurídicas é amparada pela Constituição Federal, em seu art. 150, no qual se expõe que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos. Já a isenção de pessoas jurídicas é amparada pela Lei nº 9.532/97, a qual dispõe em seu art. 15 que consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloque a disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

As pessoas jurídicas imunes são inseridas no regime cumulativo, não havendo tributação de PIS/PASEP e COFINS de suas receitas financeiras. Já a pessoa jurídica isenta está inserida no regime não cumulativo.

A partir de 01.07.2015, com o Decreto nº 8426/2015, a Receita Federal do Brasil vem interpretando que as Entidades Isentas deverão tributar suas receitas financeiras a título de COFINS.

Existem correntes jurídicas interpretando contra e a favor desta tributação.

Recomendamos que os administradores e responsáveis contábeis da Entidade que façam os devidos estudos em conjuntos com seus assessores jurídicos, de forma a evitar possíveis acúmulos de contingências fiscais futuras.

PARTE IV – ANEXOS REFERENTE AS DEMONSTRAÇÕES DOS PROJETOS DA KNH